

A PESCA MARÍTIMA ARTESANAL COMO PRINCIPAL ATIVIDADE SOCIOECONÔMICA: O CASO DE CONCEIÇÃO DE VERA CRUZ, BA

RESUMO

O artigo trata de uma atividade socioeconômica de importância espacial, tendo como objeto de estudo, a pescaria desenvolvida em Conceição de Vera Cruz. Objetiva descrever a frota, os petrechos e a rotina de pesca da localidade, com o intuito de contribuir teoricamente na elaboração de planos de manejo para uma pesca sustentável na localidade. Trataremos da pesca marítima artesanal como objeto econômico, para as comunidades litorâneas, ressaltando o papel dos pescadores locais, fazendo o uso da História, da Antropologia, da Geografia e da Economia na análise da atividade pesqueira marítima. Apresentando um apanhado das atividades pesqueiras nas diferentes regiões brasileiras e os incentivos aplicados em cada uma delas, trazemos essas experiências para a localidade estudada, fazendo o uso de pesquisa teórica, de trabalhos campo e entrevistas semi-estruturadas com moradores locais. Os resultados obtidos possibilitaram o diagnóstico socioeconômico da vila, onde a pesca marítima artesanal é um meio subsistência e de fortalecimento da economia local.

Palavras-chave: Pesca marítima artesanal, atividade socioeconômica, petrechos, Conceição de Vera Cruz.

HANDMADE SEA FISHING AS MAIN ACTIVITY SOCIOECONOMIC: A CASE STUDY OF VERA CRUZ, BA

ABSTRACT

The article deals with an important socioeconomic activity space, with the object of study, the fishery developed in Conceição of Vera Cruz. Aims to describe the fleet, fitting equipment and routine fishing village, in order to theoretically help in the preparation of management plans for sustainable fisheries in the area. We will artisanal marine fisheries and economic objectives, for coastal communities, emphasizing the role of local fishermen, making use of History, Anthropology, Geography and Economy in the analysis of fishing activity at sea. Presenting an overview of fishing activities in the different Brazilian regions and incentives applied in each one of them, bring these experiences to the location studied, the use of theoretical research, field work and semi-structured interviews with local residents. The results allowed the diagnosis of socioeconomic village where sea fishing craft is a means of livelihood and strengthening the local economy.

Keywords: Sea fishing craft, socioeconomic activity, supplies, Conceição of Vera Cruz.

¹ Universidade Católica de Salvador
jamilegeografia@gmail.com

² Universidade Católica de Salvador
dasegu@gmail.com

Correspondência:

Dante Severo Giudice
Universidade Católica de Salvador
Largo do Campo Grande, 07
Campo Grande – Salvador, BA
CEP: 40.080-121

INTRODUÇÃO

A pesca marítima é encontrada em quase todo o litoral do mundo, e no Brasil não poderia ser diferente, sendo extremamente importante, não só pelo aspecto econômico, mas, também, por sua função social.

Essa atividade está tradicionalmente ligada às comunidades costeiras, as quais devida à sua baixa especialização e elevados níveis de pobreza fazem dela a principal fonte de renda, portanto uma ocupação importante no contexto socioeconômico. Em Conceição de Vera Cruz, a pesca marítima artesanal é elemento primordial para a economia local, contribuindo para o desenvolvimento social.

Marconi e Presotto (2007) explanam sobre as organizações sociais e teorizam que “[...] toda organização social, sejam elas simples ou complexas, são regidas por uma organização econômica” (MARCONI e PRESOTTO, 2007, p. 120). Todavia, os aspectos de produção e consumo variam muito de cultura para cultura, no tempo e no espaço.

Geralmente, os antropólogos estudam os sistemas econômicos das sociedades primitivas simples preocupando-se com quem faz e por que faz. Esse interesse tem a finalidade de saber como é estruturada esta organização econômica; como essa sociedade consegue a sua subsistência; quais as fontes de seus alimentos; como o trabalho é organizado; como são distribuídos os bens e serviços; quais os bens mais apreciados; qual o calendário das atividades sazonais e qual o tempo dedicado aos diferentes tipos de trabalho. Essas afirmações coincidem com as ideias relacionadas à atividade pesqueira marítima artesanal, exercida em comunidades costeiras devido às características apresentadas nas atividades das mesmas.

A pesca esteve presente na história do país desde os tempos da colônia e está entre as atividades econômicas mais antigas e mais tradicionais do Brasil. Além disso, a preponderância da pesca artesanal no ambiente pesqueiro brasileiro estabelece um fator adicional de importância socioambiental para este setor. De acordo com a SEAP (2008), ao longo de toda a costa brasileira, inúmeras comunidades pesqueiras nasceram nesses cinco séculos de história.

A potencialidade econômica do pescado marítimo artesanal no Brasil é significativa, vale ressaltar a vocação natural do País ao desenvolvimento da atividade, devido as suas características naturais. A sua extensa costa e as condições climáticas favorecem para a grande variedade de espécies, no entanto, de acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO, em 2000 o Brasil ocupou a 24^a posição no ranking internacional como produtor de pescado marítimo.

Apesar de muitas características favorecerem o Brasil em relação à pesca marítima não se pode comparar a produtividade brasileira à de outros países menores, onde a produção não se restringe apenas à sua costa. Temos como principal exemplo o Peru, o Chile e o Japão onde a pesca é realizada fora da costa, devido ao avanço tecnológico dessa atividade nesses países, evidenciando que o Brasil muito tem a avançar nesse contexto.

O presente trabalho apresenta as características da pesca marítima artesanal em Conceição de Vera Cruz – Ba (Figura 1), o seu papel no contexto econômico baiano e as condições ambientais que a favorecem. Caracteriza essa atividade, classificando-a em tipos e formas, seu manejo, seus instrumentos e as características das embarcações locais utilizadas, e destaca a Colônia Z-8 que administra as atividades dos pescadores locais, regulamentando a comercialização do pescado da localidade e fiscalizando o manejo (uso de petrechos) do ambiente, com base nas leis ambientais, promovendo com isso um desenvolvimento sustentável.

A ATIVIDADE PESQUEIRA ARTESANAL NO AMBIENTE MARÍTIMO: CONCEITO E CARACTERÍSTICAS

A atividade pesqueira marítima é compreendida como as ações que envolvem a captura, e a venda do pescado *in natura*. Segundo a Bahia Pesca (2008), a pesca artesanal enquanto atividade comercial é aquela realizada única e exclusivamente pelo trabalho manual do pescador.

Segundo Lopes (2004), a pesca “artesanal” se diferencia da pesca “industrial” de acordo com o estado ou região e, mesmo entre os agentes, não existindo um consenso a cerca das características que as distingue. Por outro lado Jablonsky (1996), expressa que um pescador proprietário de uma única

embarcação de pequeno porte, dedicada à pesca da sardinha, se considera um pescador artesanal, mesmo que sua produção esteja direcionada em sua totalidade ao setor industrial.

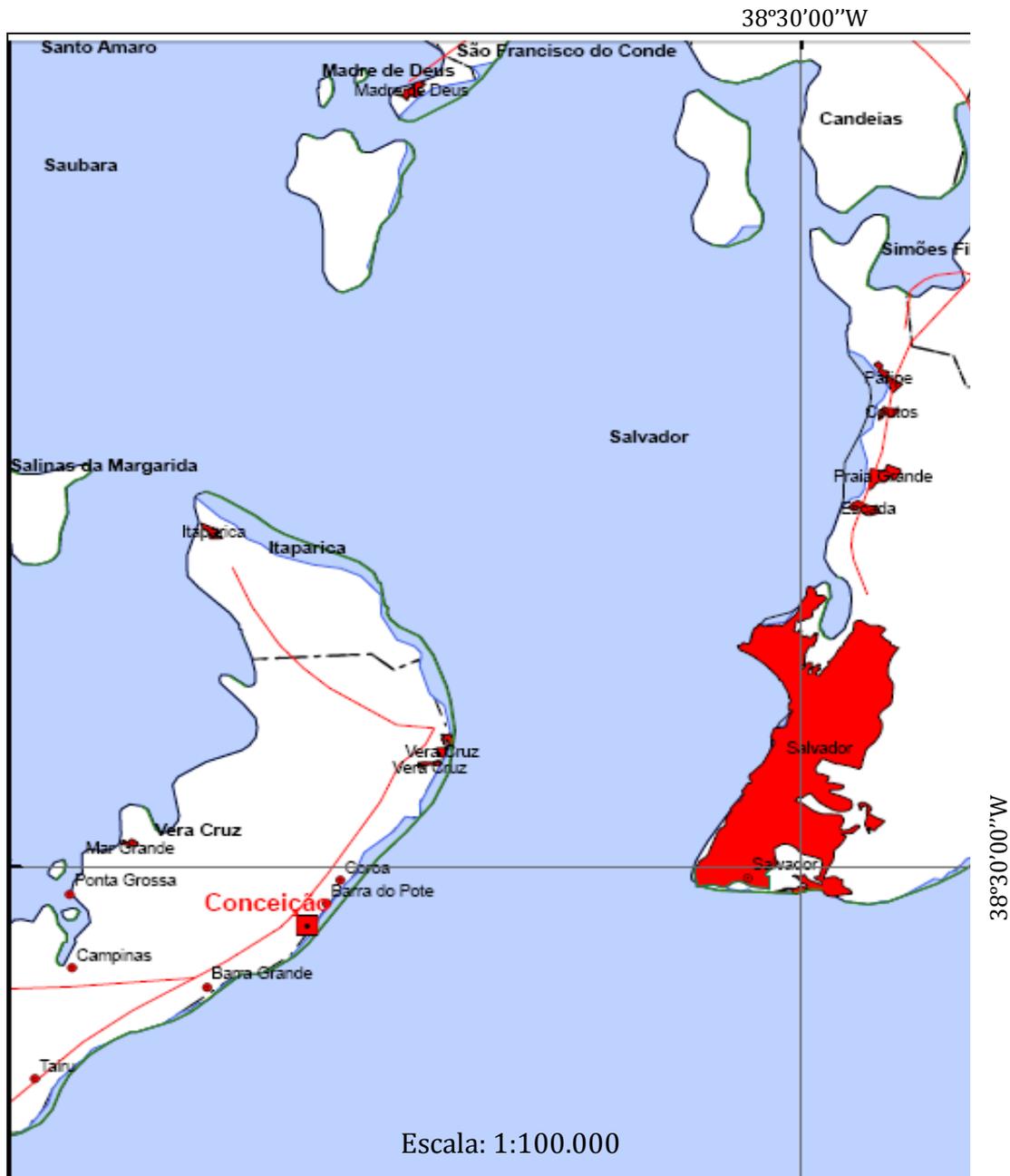


Figura 1 – Localização geográfica da área de estudo.
Fonte: SEI-BA (2003).

Assim a atividade artesanal é definida com base nos equipamentos que são utilizados, tipo de embarcação que está sendo utilizada, e na quantidade de pescado obtido. De acordo com Lopes (2004), a pesca artesanal pode ser

classificada em tipos, como: Pesca Artesanal de Subsistência e Pesca Artesanal Comercial ou de Pequena Escala.

A Pesca Artesanal de Subsistência tem como principal finalidade a obtenção de alimentos para consumo próprio. Eventualmente, há comercialização do excedente. É praticada com técnicas rudimentares, possui pouca finalidade comercial e a eventual comercialização é realizada pelo próprio pescador (LOPES, 2004, p. 14).

Nota-se que a classificação de uma das categorias da pesca, é dada a partir dos petrechos usados nas pescarias e as finalidades dadas a esse pescado.

Pesca Artesanal Comercial ou de Pequena Escala, combina a obtenção de alimento para consumo próprio com a finalidade comercial. Utilizam barcos de médio porte, adquiridos em pequenos estaleiros ou construídos pelos próprios pescadores. Podem ter propulsão mecanizada ou não. Os petrechos e insumos utilizados não possuem qualquer sofisticação. Utilizam normalmente equipamentos básicos de navegação, em embarcações geralmente de madeira, com estrutura capaz de produzir volumes pequenos ou médios de pescado. Forma a maior porção da frota brasileira e acredita-se responder por aproximadamente 60% do volume das capturas nacionais (LOPES, 2004, p.14).

As definições apresentadas por Lopes (2004) evidenciam que além dos petrechos e do tipo de embarcação usada na pescaria marítima artesanal, a ação do homem é direta na obtenção desse pescado e na comercialização do mesmo, independentemente da finalidade do produto, até mesmo quando esse é destinado ao próprio consumo.

De acordo com Frizzo e Andrade (2005, p. 3), “[...] os sistemas pesqueiros, assim como os sistemas agrários, são compostos pelo meio natural e social, em termos de força e relações de trabalho, conhecimentos e ferramentas disponíveis para a população atuar sobre o meio natural”.

Nos sistemas pesqueiros se encontram representados o conjunto de formas através das quais os pescadores (seja pesca artesanal ou industrial) realizam seu trabalho em cada região, bem como as relações que estabelecem

entre si e para com as demais atividades que, direta ou indiretamente, influenciam estes espaços.

Dentro do subsistema representado pela pesca artesanal, podemos identificar diferentes sistemas de produção na pesca, os quais, em função de características como recursos financeiros, disponibilidade de equipamentos, grau de utilização de insumos, e relações de trabalho, conseguem implementar diferentes sistemas técnicos para captura do pescado.

As formas sociais produtivas que se desenvolvem na interação direta com a natureza, como a agricultura e a pesca artesanal, são influenciadas por dinâmicas tanto sociais como ambientais. Constituem 'sistemas complexos, com múltiplas interações sociais e ambientais', o que nos traz implicações teóricas e metodológicas quando as transformamos em objeto de análise, demandando-nos uma abordagem interdisciplinar e sistêmica, que permite combinar os fatos naturais, as realidades sociais e as práticas técnicas no seio de um mesmo esforço de compreensão (RAYNAUT et al. *apud* ANDRIGUETO-FILHO, 2002 p. 129, grifo dos autores).

Dois são os elementos que fazem da pesca uma atividade econômica ímpar: a exploração extrativista e o ambiente de incerteza. Enquanto atividade extrativista, a pesca deve ser feita de forma sustentada, isto é, respeitando regras biológicas e naturais. A administração desta sustentabilidade nem sempre é uma tarefa fácil. A capacidade de reposição dos estoques pesqueiros está sujeita não apenas à ação exploradora, mas também a centenas de variáveis de origem natural, nem sempre previsíveis, nem tampouco, possíveis de serem controladas pelo homem.

É bastante provável que o único elemento constante na pesca marítima seja a incerteza “[...] quando lançado ao mar, nunca se sabe o, que nem o quanto ou a qualidade do produto que uma embarcação trará à terra; nem tampouco em que espaço de tempo [...]” (SKINNER e TUREKIAN, 1977, p. 25).

ANTECEDENTES HISTÓRICOS E INSTITUCIONAIS DA PESCA NO BRASIL

A pesca praticada pelos índios é uma atividade anterior à chegada dos navegadores portugueses ao Brasil, e peixes, crustáceos e moluscos eram parte

importante de sua dieta alimentar. Os inúmeros sambaquis, depósitos de conchas encontrados em sítios arqueológicos ao longo do litoral atestam a importância da atividade de pesca e coleta.

Léry (1941), calvinista, estudioso de teologia que em meados do século XVI participou da tentativa colonizadora francesa do Rio de Janeiro, descreve detalhadamente a pesca praticada pelos índios Tupinambás. “Ao longo do litoral, esses indígenas usavam canoas, pirogas cavadas, troncos de árvores, e também piperis (igapebas), jangadas feitas de paus amarrados, ambas as embarcações utilizadas na pesca litorânea [...]” (LÉRY, 1941, p. 147)

Terminado, direi, ainda, a respeito do modo de pescar dos tupinambás, que além das flechas usam também espinhas à feição de anzóis, presas a linhas feitas de uma planta chamada tucom. Também penetram no mar e nos rios tem jangadas, a que chamada piperis: são feitas de cinco ou seis paus redondos. Quando o tempo está bom e os selvagens pescam separadamente, parecem de longe, tão pequenos se vêem, macacos ou melhor rãs, aquecendo-se ao sol em achas de lenha solta na água [...] (LÉRY, op. cit, p. 148-149).

Segundo Ellis (1969) ainda no período colonial, além da pesca indígena de subsistência, organizou-se a pesca da baleia, que se constituía num monopólio da Coroa Portuguesa. A concessão dessa pesca era dada a pescadores portugueses e bascos. “A mão-de-obra utilizada na captura da baleia era constituída, sobretudo, por escravos africanos [...]” (LANGESDORF, 1996, p.145). Posteriormente também por “negros libertos, sobretudo a partir do século XIX [...]” (SILVA, 1996, p. 98).

Diegues (1999) simplifica que a atividade pesqueira deu origem a inúmeras culturas litorâneas regionais ligadas à pesca, entre elas a do jangadeiro, em todo litoral nordestino, do Ceará até o sul da Bahia; a do açaí, no litoral entre Rio de Janeiro e São Paulo; e o açoriano, no litoral de Santa Catarina e Rio grande do Sul, “[...] enquanto esses dois últimos tipos de pescadores estavam também ligados à atividade agrícola, os primeiros dependiam quase inteiramente da pesca costeira” (DIEGUES, 1999, p. 362).

Na primeira década do século XX, a atividade pesqueira, antes vinculada à pequena produção, assumiu, em algumas regiões, uma escala comercial de grande

importância, como é o caso da pesca da sardinha por barcos que usavam uma grande rede de cerco, chamada de traina. Daí o nome de traineiras dado a essas embarcações, que começaram a pescar na Ilha Grande (Rio de Janeiro) e foram trazidas pelos portugueses e espanhóis, utilizando uma tripulação de 15 a 20 homens. A primeira dessas redes foi introduzida por um pescador espanhol, que a trouxe pronta de seu país, por volta de 1910. (BERNARDES, 1958; BRITO, 1960, *apud* DIEGUES, 1999, p. 362)

Segundo Diegues (1999), a pesca da sardinha, realizada em grande escala, deu origem também às primeiras indústrias de salga e secagem (depois enlatados) no Rio de Janeiro e Santos, ao passo que a indústria pesqueira do Rio Grande do Sul, surgia nas décadas de 20-30, processava principalmente a merluza.

A maioria dessas empresas foi criada, sobretudo no litoral centro-sul do Brasil, usando *trawlers* na captura do camarão para exportação. Algumas dessas empresas foram criadas no Ceará, para a captura da lagosta. Nesse processo, surgiu também um proletariado ligado à pesca e ao beneficiamento do pescado, em contraposição à pequena pesca artesanal, baseada no modelo de *campanha* própria da pesca ibérica, de onde também se trouxe as 'colônias de pescadores', modelo de organização dos pescadores introduzido por volta de 1922 e semelhante às guildas espanholas (DIEGUES, 1999, p. 363, **grifo do autor**).

Enfim, a pesca é uma atividade exercida ao longo dos tempos, herdada de ancestrais nativos e colonizadores, praticada principalmente pelos indígenas e negros, adotando técnicas rudimentares as quais, foram sendo inovadas a partir do contato com os portugueses e espanhóis. De acordo com a lucratividade dessa atividade e a valoração do seu produto explorado a atividade pesqueira veio ganhando importância para a economia brasileira, sendo criadas leis e decretos para sustentá-la.

De acordo com as pesquisas feitas por Giulietti e Assunção (1995), a produção de pescado do Brasil origina-se, principalmente, da pesca extrativa – “[...] retirada de organismos aquáticos da natureza sem seu prévio cultivo; este tipo de atividade pode ocorrer em escala industrial ou artesanal, assim como acontece no mar ou em continente – correspondente a pescas em rios e lagos – [...]”, (SEBRAE/ESPM, 2008). A participação da aquicultura na composição dessa produção é pequena, dada a predominância da piscicultura extensiva, cujo maior

volume está no Nordeste, praticada na rede de açudes do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS.

“A piscicultura intensiva ainda é inexpressiva no Brasil, contribuindo pouco para a oferta de pescado” (GIULIETTI e ASSUMPÇÃO, 1995, p. 99). Entretanto, nos últimos anos, vem ganhando importância com muitos projetos de cultivo sendo implantados: de camarões no Nordeste e de peixes diversos na Região Sudeste, como de trutas, tilápias e carpas em São Paulo e de ostra, em Santa Catarina.

A captura de organismos aquáticos, no Brasil, é realizada através da pesca artesanal e pesca industrial. A pesca artesanal é praticada por pescadores artesanais, os quais utilizam embarcações de pequeno porte, na maioria movida a remo e vela, com baixa capacidade produtiva, pescando nas áreas costeiras, estuarinas, lagunares e nos rios, lagoas, açudes e grandes áreas represadas das hidrelétricas (BRASIL, 1979).

De acordo com Giulietti e Assumpção (1995), a contribuição dos pescadores artesanais é importante na composição de pescado, pois, capturam peixes, moluscos e crustáceos, aproveitando-os quase que integralmente. Os mesmos afirmam que a pesca industrial se desfaz dos subprodutos da pesca descartando assim espécies que não representam volume à industrialização. “Levando assim a predação de alguns recursos, pois, é descartado o pescado de menor valor para o comércio, quando capturado na pescaria do camarão”. (GIULIETTI e ASSUMPÇÃO, 1995, p. 100).

Em dados coletados do BRASIL (1979), a representação da participação da pesca artesanal na década de 60 foi de 50% em média, chegando ao ápice de 70%, em 1962. No entanto, a elevada extração causou uma queda na produção, “[...] a sua produtividade caiu devido à predação e a invasão do turismo e da população em locais de pesca [...]” (GIULIETTI e ASSUMPÇÃO, 1995, p.100). De acordo com Abdallah e Bacha (1999), o primeiro salto na produção pesqueira brasileira ocorreu de 1960 a 1962, e parte deste avanço deveu-se a produção de pescado de origem artesanal.

A PRODUÇÃO DE PESCADO EM DIFERENTES REGIÕES BRASILEIRAS

Segundo o IBAMA (2002), a produção nacional de pescado aponta um total de pouco menos de um milhão de toneladas de pescado por ano, sendo 250.810 ton (24,9%), provenientes da pesca industrial; 540.472 ton (50,1%), da pesca artesanal; 251.287 ton (25%), da aquicultura. Quando se trata da quantidade de pescadores brasileiros, os dados são incertos, no entanto o IBGE, em 2000 contabilizou um total 326.696 pescadores organizados em Colônias de Pescadores criadas a partir de 1919 pela Marinha do Brasil. Estas colônias [...] “tinham como principal objetivo relacionar os pescadores e comunidades pesqueiras para eventuais necessidades bélicas” (COSTA, 2006, p 1).

Devido o Brasil ser um país de dimensões continentais, as diferenças regionais existentes são por demais importantes quando pensamos na análise dos aspectos intrínsecos da pesca, principalmente se a intenção for a proposição ou formulação de políticas públicas.

O Brasil é dividido geograficamente em cinco grandes regiões que, grosso modo, definem certa homogeneidade interna e uma heterogeneidade entre si. Embora isto não seja, de todo, uma verdade absoluta, utilizamos esta divisão para dar uma idéia de alguns aspectos relevantes da pesca no Brasil. É importante ressaltar que as análises serão feitas apenas com as regiões cujos estados oferecem condições para a pesca extrativa marítima, ou seja, ao longo da costa brasileira.

Foram oferecidos pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, dados dos resultados anuais da pesca extrativa marítimos por divisões regionais nos anos de 2000 a 2006. (Tabela 1)

Tabela 1 – Estatística da pesca marítima no Brasil: resultado entre peixes, crustáceos e moluscos.

Regiões	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
	(Mil toneladas)						
Norte	105,15	102,48	108,88	97,27	93,63	89,68	85,85
Nordeste	136,89	143,71	146,29	140,34	145,65	158,13	218,91
Sudeste	102,00	103,30	97,29	92,21	108,74	103,78	119,50
Sul	123,65	160,46	163,70	154,77	152,09	156,27	184,12
BRASIL	467,69	509,95	516,17	484,59	500,12	507,86	608,38

Fonte: IBAMA (2009).

Segundo a ESTATIPESCA (2000-2006), a região Sul é a maior produtora de pescado do Brasil, sendo o estado de Santa Catarina o maior estado produtor. De acordo com o IBGE (1993), o Estado do Rio de Janeiro ocupou o primeiro lugar durante muitos anos. Sabe-se que no passado os investimentos para as atividades pesqueiras eram muito mais direcionados para a região Sudeste, devido às políticas públicas que promoviam as mesmas, tais como, a industrialização desse pescado, sobretudo da sardinha. No primeiro levantamento, a região Sudeste apresentou sucessivos decréscimos (2001 a 2003), mas recuperou esta perda (2004 a 2006) na produção de pescado, principalmente de na produção de sardinha-verdadeira.

Em 2001 a região Nordeste passa a ocupar o segundo lugar na produção pesqueira do Brasil, perdendo o primeiro lugar, conquistado em 2000, para a região Sul. Dentre todos os estados da região Nordeste, a costa baiana destaca-se pela maior extensão.

SITUAÇÃO DA PESCA MARÍTIMA ARTESANAL NA BAHIA

Segundo a Bahia Pesca (2009), a Bahia possui 1.180 km de costa, com uma produção anual acima de 80 mil toneladas. A Bahia é hoje o terceiro Estado na produção nacional de pescado, e ocupa o primeiro lugar na região Nordeste, segundo os últimos dados da estatística pesqueira nacional.

A pesca é predominantemente artesanal, absorvendo cerca de 70 mil pessoas no Estado, o que ocorre, principalmente, “[...] devido às características da plataforma continental que possui uma faixa de litoral bastante estreita e de fundo rochoso, aliado à baixa produtividade primária da água” (BAHIA PESCA, 2009).

No Estado da Bahia as embarcações de pesca têm características bastante variadas, em função da área de operação, da modalidade de pesca empregada e da espécie a capturar. Considerada de pequeno porte e artesanal, está estimada em torno de 9.368 embarcações, sendo constituída por 60,9% de canoas, 21,3% de saveiros e complementada por botes e jangadas, com 17,8% (IBAMA, 2009). “No estado da Bahia, a pesca é majoritariamente artesanal e/ou de subsistência, explorando ambientes próximos à costa, pois, as embarcações e aparelhagens são feitas através de técnicas relativamente simples [...]” (BAHIA PESCA, 2009).

Segundo a Bahia Pesca estas características fazem com que a pesca marítima baiana apresente limitada autonomia de mar e apresente a distribuição da frota da forma apresentada na Tabela 2:

Tabela 2 – Número de embarcações do litoral baiano

Embarcações	Quantidade	%
Canoas	5.704	60,9
Saveiros	1.995	21,3
Botes e jangadas	1.667	17,8
TOTAL	9.366	100,0

Fonte: Adaptado de RTELNNB (2005)

Segundo o IBAMA (2005), essas embarcações encontram-se distribuídas ao longo do litoral baiano na seguinte proporção: Litoral Norte com 5,4%, Salvador com 12,2%, Recôncavo (Bahia de Todos os Santos) com 43,6%, Baixo-Sul com 20,2%, Região-Sul com 5,5% e Extremo-Sul com 13,1%. Os municípios com frotas mais expressivas são Salvador (12,1%), Maragojipe (8,8%), Camamu (6,7%), Vera Cruz 4,8%) e São Francisco do Conde (4,2%). Entretanto, apenas 7,1% (somente saveiros) possuem inscrição na Capitania dos Portos, apesar de 96,7% estarem em atividade.

A análise da dimensão da frota pesqueira do Estado da Bahia revela a sua importância socioeconômica, pois promove o embarque, em média, de 23.210 tripulantes. A maioria das embarcações (56%) opera com 1 a 2 tripulantes. A frota não motorizada, principalmente as canoas, embarca 69,8% desse contingente. Em contrapartida, da frota motorizada, os saveiros são responsáveis pelo embarque de 24,5% dessa tripulação, somente esse tipo de embarcação tem capacidade de operar com mais de 8 tripulantes.

A produção estimada de pescado para o ano de 2005 foi de 45.631,02 toneladas (Tabela 3). Os peixes representam 70%, os crustáceos 27,3% e os moluscos 2,7% da produção total.

Uma análise mais criteriosa do comportamento da produção pesqueira requer registros de séries históricas de dados estatísticos, permitindo um diagnóstico das variantes que influenciam nos resultados dessa produção “[...] no

estado da Bahia, entretanto, não há esses registros. Os dados existentes referem-se aos anos de 2002, 2003 e 2005” (BEPMENB, 2005, p. 74).

Tabela 3 – Produção de Pescado Marítimo e Estuarino no Estado da Bahia no Ano de 2005.

Classes	Produção	%
Peixes	32.206,5	70,6
Crustáceos	12.172,6	26,7
Moluscos	1.251,9	2,7
Total	45.631,0	100,0

Fonte: Adaptado do BEPMENB(2009).

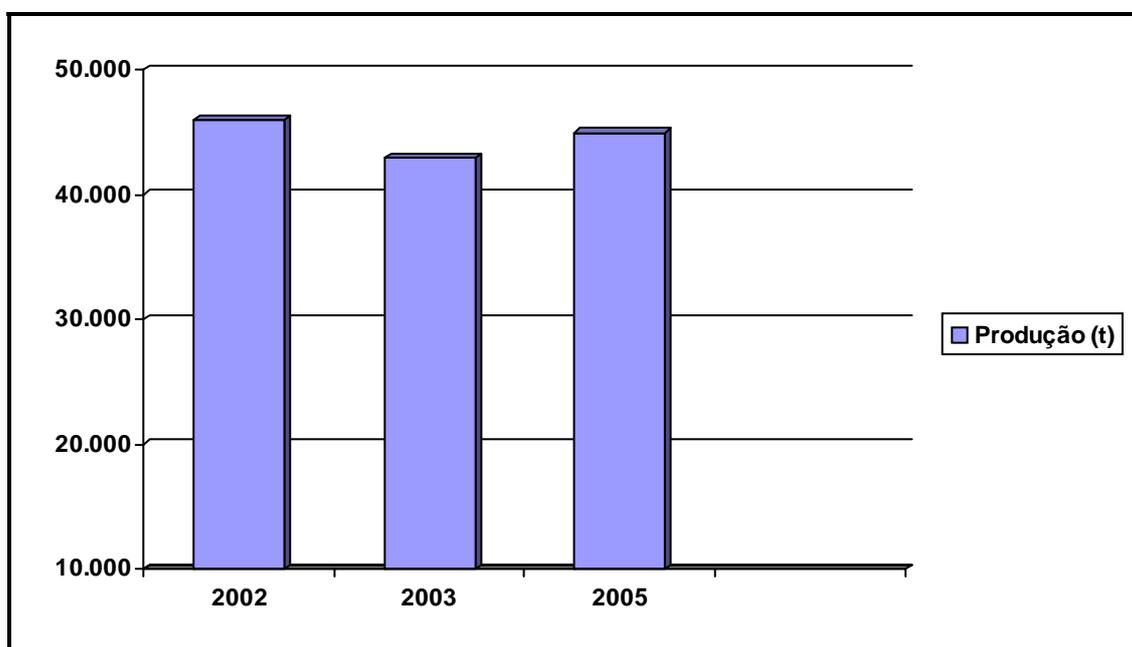


Figura 2 – Evolução da produção pesqueira do estado da Bahia, durante o período de 2002, 2003 e 2005.

Fonte: Adaptado do BEPMENB (2009).

De acordo com a Figura 2 é possível resumir que em relação aos municípios que tiveram maiores e menores participações na produção de pescado marítimo durante o último ano da série do dado estatístico de 2005, destaca-se Camamu em primeiro lugar com uma produção de 4.515,43 ton (9,9% da produção estadual). O segundo produtor foi Maragojipe com 4.511,48 ton (9,89%). Salvador foi classificado com o terceiro produtor com 2.982,72 t, (6,54%). O município de Esplanada foi o que apresentou menor volume produtivo de pescado com 18,34 ton (0,04%).

A PESCA MARÍTIMA ARTESANAL SOB A LÓGICA DO SISTEMA SOCIOECONÔMICO

Aragão e Dias-Neto (1988), afirmam que o uso dos recursos pesqueiros, a partir de processo tipicamente extrativo, é responsável por importante fonte de proteína animal. A pesca nas últimas décadas destacou-se como atividade econômica e social chegando a ocupar uma posição relevante como atividade socioeconômica em comunidades costeiras em muitas regiões.

A produção nacional de pescado é obtida da pesca artesanal, pesca industrial e do cultivo de organismos aquáticos ou aquicultura. Na pesca artesanal, estima-se que estejam envolvidos aproximadamente 700.000 pescadores, agrupados em 400 colônias distribuídos entre 23 Federações Estaduais. Desses pescadores, 21% atuam na Região Norte; 39% na Região Nordeste; 18% na Região Sudeste e 22% na Região Sul. A pesca artesanal participa com cerca de 60% da produção total e a pesca industrial com aproximadamente 40%. A distribuição da produção por tipo de ambiente revela que a água doce contribui com 25% da produção total e a água salgada com 75%. No país, cerca de quatro milhões de pessoas dependem direta ou indiretamente, da atividade pesqueira” (BORGHETTI, 2000, p. 8-14).

É notável afirmar que os recursos pesqueiros não têm sua origem no trabalho humano e, como considera Diegues (1983), ao contrário da produção industrial, a reprodução dos objetos do trabalho (o pescado) realiza-se segundo leis de reprodução biológica dos cardumes, as quais escapam ao controle do homem. Diegues também evidencia que tais recursos são móveis, muitas vezes “invisíveis”, reproduzindo-se e migrando de um ambiente para outro, obedecendo a complexos padrões.

Embora distribuídos no mar, os peixes migram de forma diversificada. Segundo Johnston (1976), as espécies costeiras nadam livremente, e estão em geral associadas às águas das plataformas continentais, e aos nutrientes trazidos ao mar pelos rios.

Seguindo a mesma linha de pensamento desses autores, O'Connor (1994), diz que o capital não controla nem pode controlar a produção, nem a modificação das condições naturais, no mesmo plano em que regula a produção industrial de

mercadorias. Marrul-Filho (2001, p.100), apoiado em O'Connor (1994), conclui que tanto na atividade pesqueira como na apropriação capitalista dos recursos ambientais, explicita-se o surgimento das mercadorias fictícias, ou seja, coisas que não são produzidas como mercadorias, mas são tratadas como se fossem.

A pesca encontra nos ecossistemas suas próprias condições naturais de produção, e tais recursos são classificados na literatura econômica como recursos naturais renováveis. É definida de acordo com a Lei de Crimes Ambientais – Lei n. 9.605/98, como “todo ato tendente a retirar, extrair, coletar, apanhar, apreender ou capturar espécimes de grupos de peixes, crustáceos, moluscos e vegetais hidróbios, susceptíveis ou não de aproveitamento econômico, ressalvadas as espécies ameaçadas de extinção, constantes na lista oficiais da fauna e da flora.”

Segundo Hancock (1973), o início da pesca sobre um estoque virgem possibilita a obtenção de altos rendimentos, em decorrência da sua elevada abundância. À medida que a atividade se desenvolve e o esforço de pesca cresce, observa-se aumento nas capturas totais e, em muitas oportunidades, também no rendimento, pois a habilidade dos pescadores é aperfeiçoada, ao tempo em que os métodos e petrechos de pesca são melhorados. Essa atitude de certa forma positiva funciona como um incentivo ao ingresso de novos pescadores na atividade.

Aragão e Dias-Neto (1988), afirmam que a partir de certo estágio, há uma diminuição da abundância, e se medidas de gestão não forem adotadas após o esforço já ter ultrapassado o nível recomendável para que , com a sobrepesca já caracterizada, torna-se necessário uma significativa redução do esforço para que o recurso seja recuperado.

Tais afirmações representam a teoria apresentada por Drew (1989) referindo-se ao limiar de tolerâncias dos recursos naturais onde tais recursos permitem ser explorados, contanto que seja respeitado seu limite, pois havendo superexploração do mesmo, o recurso perde sua capacidade de resiliência, ou seja, o estágio de realimentação.

COMERCIALIZAÇÃO DE PESCADO MARÍTIMO ARTESANAL NA BAHIA

O pescado produzido na Bahia de origem marítima artesanal destina-se ao comércio local. Devido ao seu volume, todo o pescado é comercializado em poucas

horas, geralmente através de atravessadores, comerciantes locais, barraqueiros, restaurantes, pousadas e fregueses frequentadores de feiras livres. Segundo a Bahia Pesca (2009), o pescado artesanal, é comercializado em sua totalidade, em situação de informalidade, sem regularização de órgãos estaduais e municipais.

No entanto, esse produto apresenta uma volatilidade devido a perecibilidade, que se reflete na redução da sua qualidade em relação ao tempo de exposição ao ambiente, pois não é utilizado o sistema de congelamento como artifício de valorização, ao contrário do que acontece nas grandes redes de supermercados.

A Bahia Pesca em 2008 realizou uma pesquisa para diagnosticar a situação socioeconômica em diversas colônias da Bahia, com o intuito de visualizar a classificação dos tipos de produtos, produção, mercado, comercialização, condições de pesca e também relações de trabalho junto aos empresários e atravessadores do setor. Com base nestes resultados, tomamos como exemplo a colônia Z-67, localizada em Paripe, subúrbio ferroviário de Salvador.

Os pescadores de Paripe associados à colônia Z-67 produzem mensalmente entre 1,5 a 2 ton de peixe, de 60 a 80 kg de camarão e entre 30 a 40 kg de mariscos. A Colônia possui 12 barcos, com tamanhos entre 7 e 9 m, além de outras embarcações menores. No total, após 4 a 5 dias de pesca, os barcos da colônia trazem do mar cerca de 200 a 300 kg de pescado.

A comercialização do pescado nessa Colônia é realizada de forma simples. Os pescadores chegam com seus barcos ao ponto de desembarque e vendem seus produtos diretamente aos atravessadores que ali os esperam para a rodada de negociações, já que a venda direta é sempre de pequena quantidade. Os atravessadores, interessados em negociar o peixe a baixos preços muitas vezes demoram em aparecer ao local. Preocupado com a qualidade do produto e com o risco de perder toda a pescaria o pescador vê-se obrigado a aceitar as propostas de baixo por eles oferecidos. De posse do pescado eles vendem na praia ou em locais muito próximos à colônia, com preço que chega atingir 100% do valor pago por ao pescador.

Para acabar com essa realidade injusta, a Bahia Pesca propõe a criação do Agente de Mercado. Esse agente será um associado com capacidade de vender o pescado sob encomenda principalmente para os mais de 200 estabelecimentos

comerciais que existem entre o bairro de Plataforma e São Tomé de Paripe. Antes mesmo de a embarcação chegar ao ponto de desembarque estes agentes já saberão, através de rádio ou celular a quantidade estimada e os tipos de pescado que os barcos estão trazendo, graças ao apoio da Colônia.

Outra posposta da Bahia Pesca é a construção de um Ponto de Comercialização, com estrutura mínima, freezers e balcões para vender e beneficiar o pescado. A própria Colônia poderia trabalhar nesses pontos.

AÇÕES E PROGRAMAS DE INCENTIVO À PESCA MARÍTIMA ARTESANAL NA BAHIA

Desde 2009 a Bahia Pesca vem planejando programas, atividades e projetos articulados às dimensões econômica, social, ambiental, e geográfica, visando o desenvolvimento da atividade no Estado. Estes programas, disponíveis no site do órgão, visam a Estruturação da cadeia produtiva da pesca, através do desenvolvimento da gestão, mercado, infra-estrutura e equipamentos:

- Rede de comercialização de pescados da Bahia (Bahia Pesca, EBAL);
- Melhorias nas instalações das colônias de pescadores;
- Implantação de infra-estrutura de apoio ao atracamento e desembarque do pescado;
- Reestruturação das unidades de sinalização náutica de apoio a navegação (faróis);
- Implantação de novos equipamentos de auxílio a navegação (GPS's);
- Capacitação em gestão social envolvendo: associativismo, cooperativismo;
- Proposição de acordos coletivos (ordenamento pesqueiro);
- Capacitação técnica em tecnologias de pescado e navegação;

MODO DE PRODUÇÃO PESQUEIRA EM CONCEIÇÃO DE VERA CRUZ

Conceição de Vera Cruz, área de estudo deste trabalho está localizada no município de Vera Cruz, Estado da Bahia a 13,5 km da capital baiana (pelo sistema *ferry-boat*), ou a cerca de 1.850 milhas náuticas tendo como forma de acesso o mar (CPBA, 2008).

Fundado em 31 de julho de 1962 o município de Vera Cruz se emancipou do município de Itaparica na mesma data da sua fundação por força da Lei Estadual nº 1773/72. Com cerca de 253 km², localizado na Ilha de Itaparica o município de Vera Cruz ocupa 87% da área total da Ilha comportando 35.060 habitantes. (IBGE 2007).

Na localidade de Conceição são exercidas diversas atividades econômicas, porém, algumas delas são mais promissoras que outras. Segundo o presidente da colônia de pescadores Z-8, (fundada na década de 1960), Sr. Emílio Vieira, a pesca ocupa entre as principais atividades econômicas do local, o primeiro lugar (Tabela 4).

Tabela 4 – Produção de Pescado Marítimo e Estuarino no Estado da Bahia no Ano de 2005.

Classes	Produção
Pesca	1º lugar
Turismo	2º lugar
Comércio	3º lugar
Culinária	4º lugar
Artesanato	5º lugar

Fonte: Colônia Z-8 (2008).

A Colônia Z-8 é uma organização de pescadores que tem como objetivo reunir os pescadores de Conceição e Barra do Pote para discutir assuntos do interesse dessa categoria. É na Colônia que os pescadores discutem problemas encontrados na pescaria, bem como assuntos administrativos como aposentadorias, seguro defeso, auxílio maternidade entre outros e também participam de cursos, palestras e treinamento ministrados por diversos órgãos das três esferas governamentais. A Colônia possui sede com salão equipado com televisor, DVD, e micro-computador (disponibilidade à Internet), cadeiras e ventiladores. Um escritório equipado com linha telefônica, arquivos e 2 (dois) funcionários contratados. Além de dois frigoríficos com portas ergométricas.

“A pesca é a atividade mais antiga exercida aqui. Praticada por homens de variadas idades. Os mais antigos no ramo apresentam idade entre 40 e 80 anos” (Entrevista concedida pelo Sr. Emilio Vieira, em 13.02.2009). De acordo com a crença local a pescaria no mar deve ser exercida por homens, pois, a presença de

mulheres em embarcações pesqueiras representam mau presságio, e a pescaria poderá ser um fracasso. Cabe então as mulheres, com ajuda das crianças, a pesca em manguezais e a coleta de crustáceos fora do mar (mariscagem).

Assim, segundo Marconi e Presotto (2007), a aceitação de uma proposição dada como verdadeira, comprovada ou não cientificamente, é chamada de crença. “Consiste em uma atitude mental do indivíduo, que serve de base à ação voluntária. Embora intelectual, possui conotação emocional”. (MARCONI e PRESOTTO, 2007, p. 27).

De acordo com a Colônia Z-8 (2008), existem aproximadamente 1.015 pescadores cadastrados, dentre esses pescadores uma pequena parte trabalha em embarcações próprias e a maioria forma equipes em embarcações locadas ou trabalha com o dono das embarcações.

Segundo a Bahia Pesca (2009), a pesca exercida em Conceição de Vera Cruz é especificamente artesanal, fazendo o uso de redes de arrasto, varas, linhas, manzuás, arpões e bicheiros, considerados pelo IBAMA (2009), como Esforço de Pesca (unidade de medida que traduz a capacidade de pesca) e dos petrechos (instrumentos usados para a captura do pescado).

Foi observado durante a pesquisa em campo que todos os pescadores da localidade durante a pescaria fazem uso considerável dos esforços de pesca e seus petrechos citados acima pelo IBAMA.

A desordenada ocupação urbana e a instalação do Clube Méditerranée, é na atualidade o maior causador da degradação do manguezal local. A pesca marítima artesanal é a atividade exercida na comunidade que depende diretamente deste ecossistema, mas a compreensão da importância dos cuidados ambientais é por muitos ignorados, inclusive pelas autoridades governamentais que deveriam regulamentar tais ocupações e manejos. A iniciativa privada, e os próprios moradores da localidade que fazem uso de bombas para aumentar o poder de pescaria, contribuem para o aumento da degradação.

A comercialização do pescado no local é feita de forma simples, da mesma forma que é feita na Z-67, em Paripe, sendo que aqui os compradores sabem que cada embarcação tem produtos próprios e esse fator depende muito do tipo de pescaria de cada equipe de pescadores. Essa comercialização é feita muito próxima

à colônia Z-8, e é observada pelo então presidente da Colônia Z-8, o Sr. Emílio Vieira:

Observo a chegada das embarcações, fiscalizo principalmente se os pescadores estão respeitando o defeso (período de reprodução) de cada animal, conforme instruções recebemos do IBAMA. É preciso estar de olho em tudo, para que a ganância de algum não termine prejudicando toda a vila. (Emílio Vieira, presidente da Colônia Z- 8, em 05.03.2009)

Os pescadores locais produzem cerca de 10kg de pescado por dia, um total de 263.900kg de pescado por mês, sendo que o valor do quilo de pescado pode variar dependendo do tipo de peixe. De acordo com o pescador Vanole, os peixes de primeira chegam a custar de R\$ 8,00 (oito reais) à R\$ 15,00 (quinze reais) o quilo, como, por exemplo, o Vermelho e a Pescada Amarela, que são os peixes mais apreciados pela freguesia.

Os peixes de menor valor são a Sardinha, Peixe-porco e Agulhinha, que custam entre R\$ 5,00 (cinco reais) a R\$ 8,00 (oito reais). Os peixes e crustáceos mais caros – caramuru, budião, garoupa, considerados exóticos - estão diretamente relacionados a uma freguesia específica, como donos de barracas, bares e restaurantes da localidade.

Os atravessadores não são tão influentes em Conceição de Vera Cruz, e isso se dá devido a dois fatores observados durante a pesquisa. O primeiro é a organização e a cumplicidade entre os pescadores, já que a maioria deles possuem laços de parentescos, e esse fator “família” pesa muito para que não haja desacertos entre negociadores e negociantes.

Essa organização entre os pescadores também revela o segundo fator, a solidariedade entre essa categoria, que comercializa um produto que não possui dono, ou seja, um bem comum, mas cabe ser valorado, uma vez que a obtenção desse bem requer emprego de recursos.

Por fim, a comercialização do pescado da vila é feita de forma direta e informal, comparada às grandes redes de supermercados da capital. Segundo o IBAMA (2009), a pesca artesanal de pequena escala não possui o tripé que a sustentará para competir com os fornecedores de pescado industrial, pois não possui volume constante (já que seus artificios não possibilitam o pescador ir mais

longe ou localizar cardumes para manter a sua produção diária); regularidade para a prática de comercialização do seu produto, (inspeção de órgãos públicos como a vigilância sanitária, armazenamento em locais adequados e refrigeração para uma maior durabilidade do alimento).

Além desses benefícios a Colônia dispõe de dois frigoríficos para o armazenamento de pescado e salão de reuniões onde os pescadores participam de reuniões e treinamento como o que aconteceu no dia 13 de novembro de 2008 com a participação do Engenheiro de Pesca do IBAMA, Sr. José Armando. Os pescadores cadastrados através da Colônia, também contam com o seguro defeso.

O auxílio defeso é um benefício equivalente a um salário mínimo e é concedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego aos pescadores no período em que é proibida a pesca em respeito à desova (reprodução) das espécies.



Figura 3 – Sede da Colônia Z-8 em Conceição de Vera Cruz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento de informações a respeito da atividade de pesca praticada em Conceição de Vera Cruz possibilitou enriquecer o corpo de conhecimentos sobre a pesca artesanal na Bahia. As informações sobre a dinâmica de pesca dessa população, as estratégias empregadas, as embarcações usadas e as que mais predominam na localidade, a comercialização do pescado e o modo de vida da referida população, mostram-se relevantes diante de uma área ainda muito pouco conhecida, mas de grande importância socioeconômica para a Bahia, pois a ilha de Itaparica está inserida na Área de Proteção Ambiental, Bahia de Todos os Santos – (BTS), no litoral da Bahia, e apresenta localização estratégica e vocação natural à

pesca marinha, além de contar com a força do turismo local por possuir características naturais favoráveis.

O estudo evidenciou, que a pesca se faz necessária para a comunidade local, viabilizando ganhos provenientes da exploração de recursos naturais, com obtenção de bens, os quais sofrem valoração do pescador, porém sem acúmulo de capital. O pescado é um produto sem lucro, já que não se aplica a estratégia da mais-valia, o pescador não acumula ganhos, adotando a referida prática como um recurso da manutenção para a sua subsistência.

Partindo da constatação de que a produção local apresenta um volume muito pequeno em comparação a outros municípios do litoral baiano, surge um fator preocupante, pois este fato direciona os pescadores a práticas ilegais para compensar esse déficit, explorando a pesca em épocas proibidas ocasionando impactos ambientais, e por consequência a queda na qualidade desse recurso. É importante que na organização das atividades sejam levadas em conta, a ação local de cada pescador. A maioria deles desconhece a realidade em que vivem, assim, faz-se necessário o estabelecimento de um canal de comunicação entre as populações residentes na área que compreende a Área de Proteção Ambiental – APA, com o poder público, visando consolidar o compromisso assumido por este poder, de administrar melhor a conjugação das limitações, potencialidades e fragilidades da área no uso dos recursos naturais, culturais e paisagísticos.

Considerando o provável impacto provocado pelas principais artes de pesca utilizadas pelos pescadores deste estudo sobre os estoques pesqueiros locais pode-se concluir que há uma necessidade imediata da realização de programas e ações que conciliem a manutenção da cultura com a adequação das práticas de pesca locais com o objetivo de tornar sustentável a atividade pesqueira em Conceição de Vera Cruz.

Os resultados aqui apresentados, ainda que de forma resumida, e através do emprego de indicadores técnicos e socioeconômicos, permitem concluir que o conhecimento da diversidade existente, em termos de sistemas de produção e tipos de pescadores, possibilita ampliar os resultados das importantes políticas públicas que têm sido recentemente elaboradas para a pesca artesanal, contribuindo para aumentar sua efetividade, e deste modo assegurar a manutenção social das famílias de pescadores, garantindo, por consequência, a

manutenção desta forma de produção, de grande importância cultural, social e ambiental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALLAH, P.R.; BACHA, C.J.C. Evolução da atividade pesqueira no Brasil: 1960-1994. **Teoria e Evidência Econômica**, v.7, n. 13, p. 9-24, 1999.

ANDRIGUETTO-FILHO, J. M. **Sistemas técnicos de pesca no litoral do Paraná: caracterização e tipificação**. In: RAYNAUT, C. et al. (orgs.) Desenvolvimento e meio ambiente: em busca da interdisciplinaridade: pesquisas urbanas e rurais. Editora da UFPR, Curitiba, 2002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico do Brasil, 1972-92**. Rio de Janeiro, FIBGE, 1993.

ARAGÃO, J. A.; DIAS-NETO, J. Considerações sobre ordenamento pesqueiro e sua aplicação no Brasil. **Anais...** Congresso Brasileiro de Engenharia de Pesca. Fortaleza: AEP/CE, 1988. p. 396-418.

BAHIA PESCA. Dados da pesca artesanal. Disponível em <http://www.bahiapesca.ba.gov.br/pesca-artesanal>. Acessado em: 25 de mai de 2009>.

BAHIA PESCA. GPS. **Bahia Pesca Revista**, v. 1, n. 1, p. 34-35, 2008.

BAHIA PESCA. Órgão de fomento da pesca na Bahia. Disponível em: <http://www.bahiapesca.ba.gov.br>. Acessado em 20.04.2009.

BORGHETTI, J. R. **Estimativa da pesca e aquicultura de água doce e marinha**. Brasília, DF: Instituto de Pesca/APTA/SAA, 2000. p. 8-14. (Série Relatório Técnico, n. 3).

BEPMENB – Boletim Estatístico da Pesca Marítima e Estuarina do Nordeste do Brasil. Disponível em: www.icmbio.gov.br/cepene. Acessado em: 20.02.2009.

BRASIL. Constituição. IV Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca, 1980-1985. Brasília, SUDEPE, 1979. 46p.

COSTA, J. S. **Navegadores da Lagoa dos Patos: a saga náutica de São Lourenço do Sul**. São Lourenço do Sul: Editora Hofstätter, 2006.

CPBA – Capitania dos Portos da Bahia. **Cartas Náuticas da Bahia de Todos os Santos (BTS)**. 2009.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo, Ed. Atlas, 1983.

_____. **Povos e mares: leitura em socio-antropologia marítima.** São Paulo: NUPAUB-USP, 1995, p.269.

_____. **A socio-antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil.** In: Diegues, C. A. A socio-antropologia da pesca. Etnográfica. São Paulo. 1999. p.361-375/ V. III (2).

DREW, D. **Processos interativos homem - meio ambiente.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989

ELLIS, M.A. **A Baleia no Brasil Colonial.** São Paulo: Melhoramentos, 1969.

ESTATIPESCA. Estatística da Produção Pesqueira do Ibama. Relatórios de 2000 a 2006. Disponível em: www.ibama.gov.br/.../estatipesca. Acessado em: 20.12.2008.

FAO. **El estado mundial de la pesca y la acuicultura.** Roma: FAO, 2000. 142 p.

FRIZZO, P. V.; ANDRADE, M. L. **Caracterização dos pescadores artesanais do município de São Lorenço do Sul/RS.** 2005. 20f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento rural) – Programa de Pós Graduação em Deenvolvimento Rural – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFGRS), Rio Grande do Sul, 2005

GEORGE, P. **Geografia Econômica.** 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1991. p.5.

GIULIETTI, N.; ASSUMPÇÃO, R. Indústria Pesqueira no Brasil. **Agricultura em São Paulo**, v. 42, n. 2, p. 95-127, 1995.

HANCOCK, D. A. **Administração da pesca: considerações de ordem biológica. Programa de pesquisa e desenvolvimento pesqueiro do Brasil.** Documentos Traduzidos, Rio de Janeiro, v. 3, 1973, p.1-7.

IBAMA. **Estatística da Pesca 2000-2006 – Brasil.** Grandes Regiões e Unidades da Federação. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/recursos-pesqueiros/documentos/estatistica-pesqueira>. Acessado em: 25 de mar de 2009.

IBAMA. **Relatório Técnico do Projeto de Cadastramento das Embarcações Pesqueiras no Litoral das Regiões Norte e Nordeste do Brasil.** Brasília, 2005: Fundação PROZEE, SEAP/PR,IBAMA, 2005. p.241.

IBGE. Censo Demográfico 2000. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/subtema.php?idsubtema=125. Acessado em: 15 de abr de 2009.

JABLONSKY, S. **A Pesca no Estado do Rio de Janeiro em 1995.** Rio de Janeiro, UERJ,1996.

JOHNSTON, D. M. **A política marítima e a comunidade litorânea.** São Paulo: Editora Cultrix. 1976.

LANGESDORF, G. **Anotações de uma viagem em torno da terra (1803-1807), Ilha de Santa Catarina: relato de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX.** Florianópolis, Editora Lunardeli/Universidade Federal de Santa Catarina, 157-184, 1996.

LÉRY, J. **Viagem à Terra do Brasil.** S. Paulo, Livraria Martins Editora, 1941.

LOPES, F. C. **O conflito entre a exploração *off-shore* de petróleo e a atividade pesqueira artesanal.** 2004. 57f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Rio de Janeiro, 2004.

MARCONI, M. A.; PRESOTTO, M. N. **Antropologia: uma introdução.** 6ª ed. , São Paulo, Atlas, 2007.

MARRUL-FILHO, S. **Crise e sustentabilidade no uso dos recursos pesqueiros.** Brasília. CDS/UnB. 2001. 100 p. (Dissertação de Mestrado).

O'CONNOR, M. **Codependency and interdependency: a critique of theory of production.** In: O'CONNOR, M (Ed.). *Is Capitalism Sustainable? Political Economy and the Politics of Ecology.* New York: The Guilford Press, 1994(a).

SEAP – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/seap>. Acessado em 18 de 05 de 2008.

SEBRAE/ESPM. **Aquicultura e pesca: tilápias.** Rio de Janeiro: 2008.

SEI-BA. Base: Folhas SD-24-X-C-I Jaguaripe, SD-24-X-A-IV-Baia de Todos os Santos, SD-24-X-A-V Salvador. 2003.

SILVA, L. G. **A Faina, a festa e o rito. Gentes do Mar e Escravidão no Brasil (séc. XVII ao XIX).** São Paulo, USP, Tese de Doutorado, 1996.

SKINNER, B. I.; TUREKIAN, K. K. **O homem e o oceano. Série de textos básicos de geociências.** São Paulo – SP: Edgard Blücher, 1977. p.25.

VERA CRUZ – Prefeitura Municipal de Vera Cruz. Secretaria de Desenvolvimento Social Agricultura e Pesca de Vera Cruz (SDSAPVC). Dados socioeconômicos, 2009.

VERA CRUZ – Prefeitura Municipal de Vera Cruz. Sistema de Informação de Atenção Básica (SIAB). Dados Cadastrais de Assistência Básica da População de Vera Cruz e da Vila de Conceição, dados pelo Sistema Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) 2007.